



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANIDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA  
CONTEMPORÂNEA

ÁLVARO GOMES DE SOUSA

**Os Tembés do Guamá: problemas de colonização e comércio no Alto Rio  
Guamá (1950-1985)**

ANANIDEUA – PA  
2018

ÁLVARO GOMES DE SOUSA - 201700051046

**Os Tembés do Guamá: problemas de colonização e comércio no Alto Rio  
Guamá (1950-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Especialização em História Agrária da Amazônia contemporânea, Faculdade de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique

ÁLVARO GOMES DE SOUSA - 201700051046

**Os Tembés do Guamá: problemas de colonização e comércio no Alto Rio  
Guamá (1950-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Especialização em História Agrária da Amazônia contemporânea, Faculdade de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique

Defesa: Ananindeua-PA \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Conceito: Excelente

Parecer Final: Aprovada

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique – Orientador  
Faculdade de História, Campus Universitário de Belém/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Anna Maria Alves Linhares Neles Maia da Silva – Examinador interno  
Faculdade de História, Campus Universitário de Belém/UFPA

Aos meus pais, Eduardo e Vanda, todo o meu carinho e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Universidade Federal do Pará pelo conhecimento adquirido e as oportunidades que me proporcionou.

Ao Sr. Clemente Cruz dos santos, pelas entrevistas concedidas e os documentos disponibilizados, junto ao aprendizado que me proporcionou.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Rosa de Souza Silva, pela paciência e troca conhecimento que estar me proporcionando até os dias atuais na reserva indígena, sendo muito mais que uma aluna e sim amiga.

A todos os professores que compõe a grade de professores da aldeia indígena, pela força e ajuda nos momentos em que eu mais precisei.

Ao Prof. Rondinelli Coelho, que é um grande amigo, pelos materiais, apoio e por sempre confiar em mim.

A toda Reserva Indígena, em especial a aldeia Jacaré e Pirá, que são as aldeias que trabalho. Por todas as amizades conquistadas desde o ano de 2017 e nossas rodas de conversa.

Ao Prof. Francivaldo Nunes, pelo apoio, conversas, dicas e amizades durante todo o curso. Agradeço muito ter participado com o senhor todo esse percurso.

A todos os professores da UFPA que participaram da minha formação, em especial meu orientador, Professor Márcio Couto Henrique, que me recebeu em um período crítico do meu trabalho, com o tempo quase se esgotando e mesmo assim, confiou no meu trabalho. Agradeço seu apoio.

## **Os Tembés do Guamá: problemas de colonização e comércio no Alto Rio Guamá (1950-1985)**

Álvaro Gomes de Sousa (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>

rodriguesgalvaro@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho analisa o processo de colonização e comércio no Alto Rio Guamá, mais precisamente na Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG), a partir dos incentivos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para o desenvolvimento da produção agrícola e seus desdobramentos. Com isso, fez-se o levantamento de fontes orais e documentais que revelam o processo de colonização imposto na região. Para isso, realizou-se o levantamento bibliográfico, posteriormente cruzado com as fontes, a fim de se obter uma melhor análise do processo historiográfico. A criação do SPI ajudou a fortalecer as relações comerciais e as práticas de agricultura já existentes na RIARG, fazendo parte de um processo de colonização pensado pelos órgãos públicos, mas que já estavam presentes na região desde o século XIX. Este processo foi fortalecido ainda mais com as transformações ocorridas a partir de 1950, como a construção da rodovia Belém-Brasília, que implicou diretamente no surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, a exemplo de Capitão Poço, tendo o imigrante nordestino como principal agente em meio às transformações políticas e estruturais que estavam ocorrendo no Brasil.

Palavras-chaves: Tembés; colonização; comércio; Alto Rio Guamá.

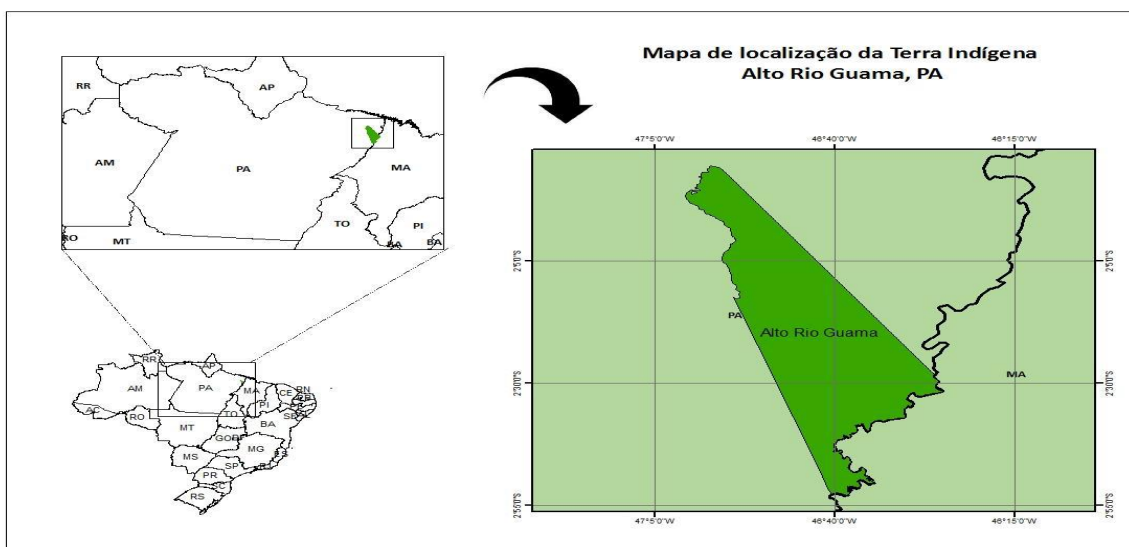
---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, atualmente é professor de História na Escola Indígena Estadual Francisco Magno Tembés (anexo Jacaré e Pirá), no Alto Rio Guamá, na rede pública estadual de ensino.

## 1. Introdução

A Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG), território de 278.000 hectares destinados aos índios Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá, foi oficializada mediante o Decreto 307-21/3/45, assinado pelo Interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

A reserva está localizada ao nordeste do Estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do Estado do Pará com o do Maranhão, em território dos municípios paraenses de Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas, surgidos posteriormente à criação da reserva, resultado do desmembramento dos municípios de Ourém, Vizeu e Capitão Poço,<sup>2</sup> como mostra a imagem a seguir.



Mapa de localização da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Coelho, 2014)<sup>3</sup>

O processo de colonização pensado para o Alto Rio Guamá a partir da criação da reserva indígena é decorrente de vários incentivos políticos como a criação dos “chefes de posto” para “ensinar” os indígenas a trabalhar na agricultura e fazer comércio com os novos agentes que estavam chegando em meados do século XX na região, os nordestinos.

A partir disso, essa pesquisa se debruçou principalmente sobre as décadas de 1950 a 1985, período em que estavam ocorrendo as principais transformações na reserva indígena, como a criação dos chefes de postos e o estabelecimento dos cearenses na vila de Capitão Poço, que mais tarde se tornaria o principal receptor dos produtos do Alto Rio Guamá.

---

<sup>2</sup> ALONSO, Sara. **Os Tembé de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembé**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. p.16

<sup>3</sup> Coelho, José Rondinelle Lima. *Cosmologia Tenetehara Tembé: (re) pensando narrativas, ritos e alteridade no Alto Rio Guamá – PA* / José Rondinelle Lima Coelho. 2014 174 f. Dissertação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

Meu interesse em discutir o tema da imigração possui um cunho pessoal, porque sou da cidade de Capitão Poço e toda a minha família é descendente de nordestinos, tanto por parte da minha mãe, quanto do meu pai, cearenses, que chegaram à região na década de 1970, em busca de melhores condições de vida. Com isso, desde criança, eu ouvia os discursos que apontavam o “pioneirismo” dos cearenses presentes no comércio de Capitão Poço.

Junto ao interesse pessoal veio o acadêmico, pois esse tema sobre os indígenas do Alto Rio Guamá é, de certa forma, pouco discutido, principalmente levando em consideração os nordestinos e quilombolas que também fizeram e fazem parte do processo de colonização da região. Embora existam estudos consistentes como “Pressões e resistência no Alto Rio Guamá”, de Noêmia Pires Sales<sup>4</sup>; “Os Tembê do Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembê”, de Sara Alonso<sup>5</sup> e “Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em transição”, de Charles Wagley e Eduardo Galvão<sup>6</sup> ainda se têm poucos trabalhos realizados sobre esse tema na região.

Aliado com o interesse acadêmico, em 2017 passei a integrar o quadro de professores da reserva indígena, passando a vivenciar mais de perto os costumes, lutas, tradições e histórias sobre o passado conflituoso entre indígenas e posseiros pela ocupação da terra, além do comércio praticado pelos mesmos.

Isso favoreceu, de certa forma, a realização de entrevistas com os principais “chefes” das aldeias, facilitando minha observação dos costumes praticados nas aldeias, já que passo a semana na reserva indígena, saindo somente aos finais de semana.

Com relação ao processo de colonização que ocorreu no Alto Rio Guamá, o procedimento metodológico utilizado nessa pesquisa incluiu o levantamento de fontes, tais como as tabelas de produções agrícolas, realização de entrevistas e catalogação de registros de nascimentos dos primeiros moradores da região, além da leitura da historiografia referente ao tema proposto, considerando-se o recorte temporal selecionado.

Foram consultados os acervos da Biblioteca “Prof. Armando Bordallo da Silva”, no Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará e também da Biblioteca Municipal “Jarbas

---

<sup>4</sup> SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: os Índios Tembê-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém: UNAMA, 1999.

<sup>5</sup> ALONSO, Sara. **Os Tembê de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembê**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

<sup>6</sup> WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo (Orgs.). **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949.

Passarinho”, em Capitão Poço. Outra parte da bibliografia foi adquirida através da leitura de periódicos científicos disponíveis no site da *Scientific Electronic Libray Online* (SCIELO), e no site do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Procurou-se observar de que maneira o indígena foi se adaptando e qual foi sua contribuição ao desenvolvimento da economia e no aumento do comércio praticado com os nordestinos na cidade de Capitão Poço, esclarecendo suas formas de organização e adaptação ao lugar onde passaram a residir, demonstrando o fortalecimento da economia e suas práticas de comércio e cultivos dos produtos agrícolas.

Atentou-se para os papéis desempenhados pelos indígenas e falar dos indígenas é reconhecer a importância que eles tiveram na afirmação de uma determinada produção e determinado comércio. Existe, aliás, na cidade, uma memória que é produzida e reproduzida em torno dos comerciantes locais, que estão vinculados às famílias nordestinas que migraram em meados do século XX, com discursos que invisibilizam alguns sujeitos, como os indígenas, negros e colonos paraenses que participaram ativamente desse processo de colonização e deram outra dinâmica ao comércio na Zona Guajarina.

Com isso, me deterei mais precisamente nas formas de organização junto ao processo de colonização imposto aos indígenas do Alto Rio Guamá e suas relações com a produção agrícola e o comércio que vai se fortalecendo à medida que começa a haver mais densidade demográfica na região, principalmente com a chegada dos nordestinos a partir da segunda metade do século XX, na cidade de Capitão Poço.

## **2. Alto Rio Guamá: indígenas Tembé e o processo de colonização**

As terras situadas às margens do Alto Rio Guamá fazem parte de um sistema de colonização no qual o governo interviu diretamente, já que esse território estava recebendo, a partir de meados do século XX, muitos imigrantes nordestinos e as terras já eram ocupadas por indígenas das etnias Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá e por negros, ex-escravos, desde o século XIX, estes últimos fugidos da cidade de Ourém, estabelecidos às margens do rio Guamá, como a “comunidade quilombola do Narcisa”, fazendo parte do comércio com a região.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> A comunidade está inserida no perímetro da chamada Gleba Capitão Poço, que foi arrecadada e matriculada em nome da União pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em fins na década de 1980

Os indígenas que se estabeleceram nessa área migraram de suas terras originais no estado do Maranhão ao longo do rio Gurupi e se estabeleceram no Alto Rio Guamá fugindo do contato com os brancos ou em consequência da rotatividade de terras para a lavoura na Amazônia. Segundo Charles Wagley e Eduardo Galvão:

Os índios Tenetehara são tribos em processo de assimilação. Representam um dos poucos remanescentes dos outrora numerosos Tupi-Guarani, que se distribuíam por extensas áreas do território brasileiro e vieram a constituir um dos principais fatores indígenas de nossa cultura (...). Suas aldeias se estendem de Barra do Corda, no rio Mearim, no Estado do Maranhão, até os rios Gurupi, Guamá e Capim no noroeste do Estado do Pará.<sup>8</sup>

As migrações dos índios Tenetehara são citadas por outros autores, que já destacavam a presença indígena na região do Alto Guamá, rio Capim, Gurupi e Acará-mirim. Essas migrações se davam pelo avanço das frentes exploradoras e dos aldeamentos realizados na região pelos missionários jesuítas e capuchinhos. Segundo Curt Nimuendaju (1975), citado por Noêmia Pires Sales:

Até a primeira metade do século XIX, os Tembé habitavam a região do alto Pindaré. A partir deste momento, começaram a migrar para a região do Gurupi e, mais além, até a região-dos rios Capim, Guamá e Acará Pequeno, a convite do sertanista Manoel Antônio. Um grupo destes atingiu até mesmo a ferrovia Belém-Bragança, sendo assentado na localidade de Prata por missionários capuchinos<sup>9</sup>.

As ocupações das terras pelos indígenas e negros revelam que havia uma dinâmica populacional nas áreas correspondentes ao Alto Rio Guamá e que essas migrações de indígenas também ocorreram em decorrência das “rotações na lavoura”<sup>10</sup> e extração de produtos da natureza, o que desmistifica a ideia de que os nordestinos foram os primeiros a chegar à região e a desbravar a área, como foi abordado por Ébio de Carvalho:

As primeiras pessoas a incursarem (sic) pelos rumos do igarapé Capitão Poço eram caçadores que em sua maioria vinham de Ourém, Igarapé-Açu, Flexal, Arraial do Caeté e áreas circunvizinhas. (...) Não podemos considerar como viagem de exploração com objetivos de colonização tais viagens, pois a busca não era de terras férteis e bons cursos de água mas sim de matas densas e boas caças.<sup>11</sup>

---

e início de 1990, tendo o INCRA realizado a demarcação e distribuição dos lotes individuais para os agricultores neste mesmo período.

<sup>8</sup> WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949, p.22

<sup>9</sup> SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: Os Índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém, UNAMA, 1999, p.29.

<sup>10</sup> “Rotação na lavoura” é entendida como a agricultura praticada pelos migrantes nordestinos que chegaram em Capitão Poço, que consistia em procurar novas terras, principalmente de mata, para anualmente fazer sua plantação.

<sup>11</sup> Cf. CARVALHO, Ébio. 2002. Op., cit., p.19.

Os indígenas que habitavam as margens do rio Guamá já estavam estabelecidos desde o século XIX na região, praticando a caça, a pesca e o extrativismo de produtos naturais comercializados com a cidade de Ourém, tais como breu, cipó titica, entre outros produtos da mata. Também habitavam pessoas em regiões próximas praticando o extrativismo comercial em pequenas vilas, como vila de Igarapé Açú, Pacuí Açú, vila Timbó, entre outros.

A constatação que já havia pessoas habitando a região do Alto Rio Guamá, onde anos mais tarde - surgiria a cidade de Capitão Poço, é confirmada nos registros de nascimento assentados no Cartório de Único Ofício Múndico Mattos, situado na cidade de Ourém, Pará, nos quais é possível identificar os nomes e locais de nascimento de vários moradores, tais como Severina Ferreira de Souza, filha de cearense, lavrador, residente no lugar denominado “Braço do Timbó”, nascida em 1900; Francelina Ribeiro da Conceição, filha de paraenses residentes no lugar denominado “Pacuí-Claro”, nascida em 1919; e também o registro de Maria Hilda da Conceição, paraense residente no posto indígena Tembé, que nasceu em 1923.<sup>12</sup>

A área territorial que décadas mais tarde originou o município de Capitão Poço já era, portanto, frequentada para a procura de caça ou de madeiras de lei abundantes na região e faziam parte de um sistema comercial entre as populações do Alto Guamá com outras regiões próximas, inclusive com a cidade de Ourém.

O historiador Jorge Hurley, que participou de uma incursão à vila dos Tembé em 16 de janeiro de 1918, já atentava para a formação de vilas na região e para a prosperidade econômica das mesmas e das populações indígenas e não indígenas que tinham se formado ao longo da margem esquerda do rio Guamá. – Em seu relatório de viagem o autor cita:

Às 10 horas precisamente, chegamos à povoação Ygarapé-Assú. É uma desarmoniosa aglomeração de casas transbordante de crianças loiras, em sua maioria. Sua população, branca e rosada entrega-se à lavoura de tabaco e da mandioca.<sup>13</sup>

Mesmo relatando com entusiasmo o conhecimento da vila, Jorge Hurley, vinculado ao museu Emílio Goeldi e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, observou que já existiam povoados ao longo do rio Guamá, povoados estes que praticavam uma agricultura de subsistência e que, anos mais tarde, foram se formando e se tornaram vilas que contribuem até hoje com o crescimento econômico da cidade de Capitão Poço.

Sua importância reside no abastecimento do comércio regional com produtos advindos da agricultura familiar como arroz, feijão, milho, farinha, entre outros gêneros alimentícios que fazem parte da dieta dos moradores dessa região.

### 3. Nordestinos e o discurso do pioneirismo na história

---

<sup>12</sup> Foram catalogados dez registros de nascimento no Cartório de Único Ofício Múndico Mattos, na cidade de Ourém, Pará, de pessoas que já habitavam a região do Alto Rio Guamá antes da chegada dessa leva de nordestinos focalizados nesta pesquisa.

<sup>13</sup> HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembé, Alto Rio Guamá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, p. 283-291. Out. 1920. Citação contida na p. 283.

Além dos indígenas, havia outras populações muito importantes que já estavam presente na região do Alto Rio Guamá, antes da chegada dos nordestinos, como os indígenas e negros quilombolas que fizeram parte do processo comercial praticado junto com os indígenas.

Com relação aos negros, a “comunidade quilombola do Narcisa”, já se fazia presente desde o século XIX, como afirma Conceição Sodré.

Os negros de Narcisa não estavam em isolamento e tão pouco sozinhos na então Vila de Capitão Poço, porém, a história oficial, exalta a colonização do lugar por “pioneiros” nordestinos e “camuflam” ou ignoram a ocupação realizada pelos negros de Narcisa desde meados da segunda metade do século XIX.<sup>14</sup>

A participação dos negros quilombolas no processo de colonização da região do Alto Rio Guamá é muito importante, pois os mesmos participaram ativamente do comércio realizado entre indígenas, nordestinos e colonos paraenses já estabelecidos às margens do rio Guamá.

Embora os quilombolas do Narcisa tenham participado do desenvolvimento da região que corresponde à cidade de Capitão Poço, os mesmos foram ignorados junto com os indígenas do Alto Rio Guamá do “pioneirismo” da região pelos colonos nordestinos que chegam à região em meados do século XX.

Esses discursos por parte dos nordestinos que “apagam” esses outros povos da história de Capitão Poço são compreendidos na medida em que se tem a necessidade de autoafirmação na criação de uma identidade local, exaltando os nordestinos como “pioneiros”, já que os mesmos consideram que o desenvolvimento econômico ocorreu a partir de sua chegada. Estes discursos iam ao encontro das propagandas que valorizavam o migrante, mediante as políticas de valorização dos nordestinos que se auto afirmavam no pioneirismo local, como afirma Natália Araújo de Oliveira:

Era recorrente a necessidade de autoafirmação em ser pioneiro e ser importante não só para Nova Xavantina, mas para o país, já que eles eram construtores da nação, segundo a posição que Getúlio Vargas propagava.<sup>15</sup>

Mesmo a autora tratando da cidade de Nova Xavantina é possível fazer uma analogia, já que o período em que ocorre o pioneirismo na cidade do Mato Grosso se dá a partir de meados do século XX, quando se dá, também, a chegada dos nordestinos à região do Alto Rio Guamá, igualmente motivados por incentivos das políticas da região.

Os discursos e as memórias dos migrantes com relação à chegada dos mesmos ao Alto Rio Guamá são vangloriados, pois os nordestinos se veem como fundadores da cidade de Capitão Poço, posto que estiveram participando diretamente da colonização da região. Como a apropriação das terras foi realizada, em sua maioria, por colonos nordestinos pobres, as estratégias utilizadas a fim de colocá-los em marcha transformaram migrantes pobres em heróis

---

<sup>14</sup> SODRÉ, Raimunda Conceição. **“AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA.** 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, 2015.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Natália Araújo. **Mitos de Origem e Memória Coletiva: Um estudo de grupos que migraram a partir de políticas oficiais de colonização para uma cidade legal brasileira.** Pós, ano 2013. v.12, p.267-297.

nacionais, resultando em mitos coletivos que tentam se sobrepôr na memória coletiva da cidade.<sup>16</sup>

As entrevistas realizadas com os migrantes nordestinos possibilitaram perceber a necessidade de autoafirmação “pioneira” da cidade de Capitão Poço. Essa atitude advém da necessidade de garantir respeito e delimitar um espaço nos discursos, sendo que as memórias dos migrantes são de suma importância para se perceber como ocorreu esse processo de colonização. De acordo com Natália Oliveira:

A história de vida é importante por que “os sujeitos, ao recordarem, lembram individualmente, mas suas lembranças estão carregadas de experiências sociais compartilhadas por outros sujeitos, uma vez que a vivência, ainda que individual é, sobretudo, uma experiência social.<sup>17</sup>

Com isso, a importância dos discursos e da memória desses migrantes que vivenciaram o processo de colonização é de suma importância, pois demarca a necessidade de se afirmar dentro de uma sociedade que está sendo formada, não como simples retirantes, mas como “donos” do lugar que ajudaram a desenvolver, mesmo que esse discurso invisibilize outros agentes que possuem a mesma importância na construção desse lugar, como os indígenas e quilombolas.

Embora os indígenas e os quilombolas tenham participado e ainda participem nos dias atuais do comércio e da história da cidade de Capitão Poço eles foram negligenciados tanto por parte dos discursos dos migrantes nordestinos que colocaram esses povos às margens da construção da identidade local da cidade, quanto por alguns autores que não atentaram para a importância dos indígenas e quilombolas para o fortalecimento da identidade de Capitão Poço, que nos dias atuais é sempre vista como uma cidade de nordestinos.

A construção de uma historiografia que buscou evidenciar apenas parte dos grupos que compunham a cidade de Capitão Poço é vista como forma de referenciar a construção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se queria definir para a cidade, sobretudo para o delineamento de uma identidade local, pautada nas memórias dos migrantes nordestinos.<sup>18</sup>

#### **4. Chefes de posto: agricultura e comércio no Alto Rio Guamá**

---

<sup>16</sup> Cf. OLIVEIRA, Natália. 2013. Op., cit., p.268.

<sup>17</sup> Cf. OLIVEIRA, Natália. 2003. Op., cit., p. 271. Apud. COUTO, 2003, p.418.

<sup>18</sup> FRAGA, Maurício Alves Maria. O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense. **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 nº 2 p. 27-44 mai/ago. 2011 ISSN 2177-6644

No caso dos indígenas, a Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG), destinada aos índios Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá, e oficializada pelo decreto 307, de 21 de março de 1945, faz parte de um processo de colonização pensado para a região a fim de desenvolvê-la economicamente.

Nela, os indígenas foram postos ao trabalho de uma forma em que os produtos agrícolas produzidos fossem escoados fazendo parte de um sistema controlado pelo SPI, como afirma a pesquisadora Sara Alonso.

Para conseguir braços, ou trabalhadores do posto, para viabilizar a prática de socialização mediante o roçado do posto, destinada, em palavras de Expedito Arnaud, a “ensinar-lhes os serviços da lavoura”, os agentes do SPI usam a técnica de distribuir mercadorias, vistas por estes agentes como “adiantamento” ou crédito, a ser retribuído mediante os serviços realizados pelos trabalhadores do posto ou diaristas. Não obstante, aparentemente os Tembé vivenciam esses adiantamento ou créditos como presentes, como “coisas que ele (o chefe do posto) dava pra nós” (Velho Maxico, cit.).<sup>19</sup>

As formas utilizadas pelos agentes do SPI para recluser os indígenas na aldeia faziam parte de um processo de colonização que consistia em “ensinar” as práticas da agricultura aos indígenas, utilizando práticas como “adiantamento ou crédito”. Esses adiantamentos consistiam na entrega de utensílios, além de mantimentos, como comenta o Sr. Clemente Cruz dos Santos:

Depois que o SPI tomou conta, aí os índios começaram a trabalhar, mas não trabalhava para eles, trabalhava para o posto. Fazia roça grande e vendiam os produtos tudinho (sic), e o chefe comprava as coisas para eles, traziam facão, trazia roupa e as vezes dava para eles, como em num sistema de aviamento.<sup>20</sup>

Outro fator importante é que esses “adiantamentos” muitas vezes eram vistos pelos indígenas como “presentes” do chefe do posto para com os indígenas, isso fez com que houvesse problemas na hora de pagar esses mantimentos ao chefe do posto, já que muitos indígenas não compreendiam o sistema de “adiantamento” de produtos, como demonstra Sara Alonso:

O posterior fracasso da cooperativa é explicado em termos similares às reflexões que fazíamos anteriormente a respeito das relações de “troca” entre *chefes de posto* e “índios remanescentes”. Membros da aldeia do P.I. atribuem seu fracasso, dentre outros fatores, ao fato de que “só alguns trabalham e os outros só pegam”; outros membros, sem ser contraditório com a anterior versão, o explicam a partir da ideia de créditos que não tiveram retorno.<sup>21</sup>

Essa falta de compreensão ou essa compreensão diferenciada por parte dos indígenas com relação aos produtos era aliada a outro problema, a falta de dinheiro para a compra de

---

<sup>19</sup> ALONSO, Sara. **Os Tembé de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembé**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p.25.

<sup>20</sup> Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (seu Kelé), 66 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara’hú, às 17 horas, no dia 10 de outubro de 2018. O mesmo acompanhou o processo de demarcação das terras na década de 1970 e fez parte do comércio praticado pelos indígenas com os chefes de posto e posteriormente com a cidade de Capitão Poço.

<sup>21</sup>Cf. ALONSO, Sara. 1996. Op., Cit., p. 50.

mercadorias, já que muitas vezes os produtos trazidos pelos membros do SPI demoravam muito tempo a chegar às aldeias.

Como os indígenas eram obrigados a vender sua produção agrícola estritamente ao chefe de posto, acabavam passando necessidade com determinados produtos como sabão, óleo, querosene, roupas, entre outros produtos.

Essa obrigação que os indígenas tinham, a princípio, de vender exclusivamente suas produções agrícolas aos chefes de posto foi diminuindo aos poucos, primeiro pela falta de entendimento dos indígenas e o chefe de posto; segundo, devido à falta de verbas e dívidas contraídas pelos indígenas para com o posto indígena.

Devido a esses problemas que atrasavam a produção agrícola dos indígenas, os mesmos foram liberados para comercializar diretamente suas produções com a cidade de Capitão Poço e adjacentes, como a vila de Boca Nova, pertencente à cidade de Capitão Poço, como afirma Sara Alonso:

Uma vez quebrada a obrigação de entregar a produção agrícola ao posto, os agentes do órgão indigenista, com o objetivo de facilitar sua comercialização fora da reserva, colocavam à disposição das famílias os meios de transporte com que contava o P.I. A família Tatiua (aldeia São Pedro), por exemplo, transportava sua produção em canoa através do rio Guamá até a estrada que comunica com outra que vai dar em Capitão-Poço, colocando os *chefes de posto* o carro da FUNAI à sua disposição (segundo situações, possibilidades ou desejos de "agradar" a umas ou outras famílias) para poderem transportar mercadoria até a sede do município.<sup>22</sup>

A produção agrícola era baseada, principalmente, nas culturas do milho, arroz, feijão, algodão, fava e malva. Esses produtos eram cultivados pelos integrantes das famílias como, pai, mãe e filhos. Geralmente, porém, ocorria de haver "troca de dias",<sup>23</sup> como afirma Maria Rosa de Souza Silva.

O comércio era feito assim, ou as pessoas desciam de canoa até Ourém, ou através de regatão, ou quando não, o chefe do posto, comprava toda a produção da comunidade em geral, e aí ele levava aquilo (os produtos) até Belém. Os produtos produzidos era muito era a malva, era o arroz, mandioca também banana e os produtos comprados basicamente era o açúcar, sabão, já de uns tempos para cá, porque antes, bem antes a gente mesmo fazia, o querosene a gente também comprava de uns tempos para cá, por causa que de primeiro a gente usava breu, roupa a gente comprava também.<sup>24</sup>

O comércio, basicamente, era feito através do rio até as aberturas das estradas que proporcionaram aos indígenas mais mobilidade para transportar e vender sua produção em Capitão Poço, intensificando e estreitando as relações comerciais, como afirma Sara Alonso:

---

<sup>22</sup>Cf. ALONSO, Sara.1996. Op., Cit., p.47.

<sup>23</sup> A troca de dias consistia em membros de outra família ajudar no plantio ou fazendo farinha ou até mesmo capinando os roçados, posteriormente aquela família que tinha sido privilegiada prestava serviço, "pagando" a família que a tinha ajudado.

<sup>24</sup> Entrevista realizada com a dona Maria Rosa de Souza Silva, 41 anos. Neta de um dos fundadores da aldeia indígena Jacaré, conhecido como o Sr. José Preto. Entrevista realizada no alojamento da pequena escola na aldeia Jacaré, às margens do rio Guamá, no dia 08/10/2018.

Utilizavam, e hoje em dia também, o *pau-de-arara* que realiza viagens entre Capitão-Poço e as *vilas* ou colônias próximas à reserva em seu limite noroeste (Igarapé Pitomba). As famílias da aldeia Tauari, aldeia situada a uma distância maior da mencionada estrada, geralmente vendem sua produção a comerciantes da *vila* de Boca Nova, também pertencente ao município de Capitão-Poço.<sup>25</sup>

A produção agrícola vai acompanhando o ciclo do comércio da região. No início, quando os indígenas ainda eram obrigados a vender para o chefe do posto, as mercadorias se baseavam praticamente na farinha de mandioca, algodão, banana, cipó títica. Com o passar dos anos e o crescimento da cidade vizinha Capitão Poço, vão aparecendo compradores de outros produtos como a malva na década de 70 e 80 e 90, feijão, arroz, pimenta do reino, embora algumas culturas não fossem tão fortes como a produção de pimenta do reino.

Tabela da produção e posição do município de Capitão Poço em relação à do Estado do Pará 1982 - 1986

Culturas	Posição
Algodão Herbáceo	1º lugar
Feijão Vigna	1º lugar
Pimenta do Reino	3º lugar
Malva	4º lugar
Coco da Bahia	5º lugar
Banana	7º lugar
Mandioca	8º lugar
Milho	9º lugar
Arroz	43º lugar

**Fonte:** EMATER-PA, Produção Agrícola Municipal, 1975-1996. Arquivo morto, Capitão Poço/PA. Dados pesquisados em 2016.

Essa tabela é importante para percebermos que, por mais que a produção envolva toda região de Capitão Poço, os indígenas também estavam contribuindo para essas estatísticas, já que depois que Capitão Poço se tornou referência na compra dos gêneros agrícolas, praticamente o comércio com Ourém foi extinto.

Outro ponto que favoreceu a aproximação dos indígenas com os brancos foi o processo de conflitos entre indígenas e posseiros no Alto Rio Guamá. Boa parte desses conflitos é explicada pela demora na homologação e demarcação das terras, favorecendo a invasão de posseiros,

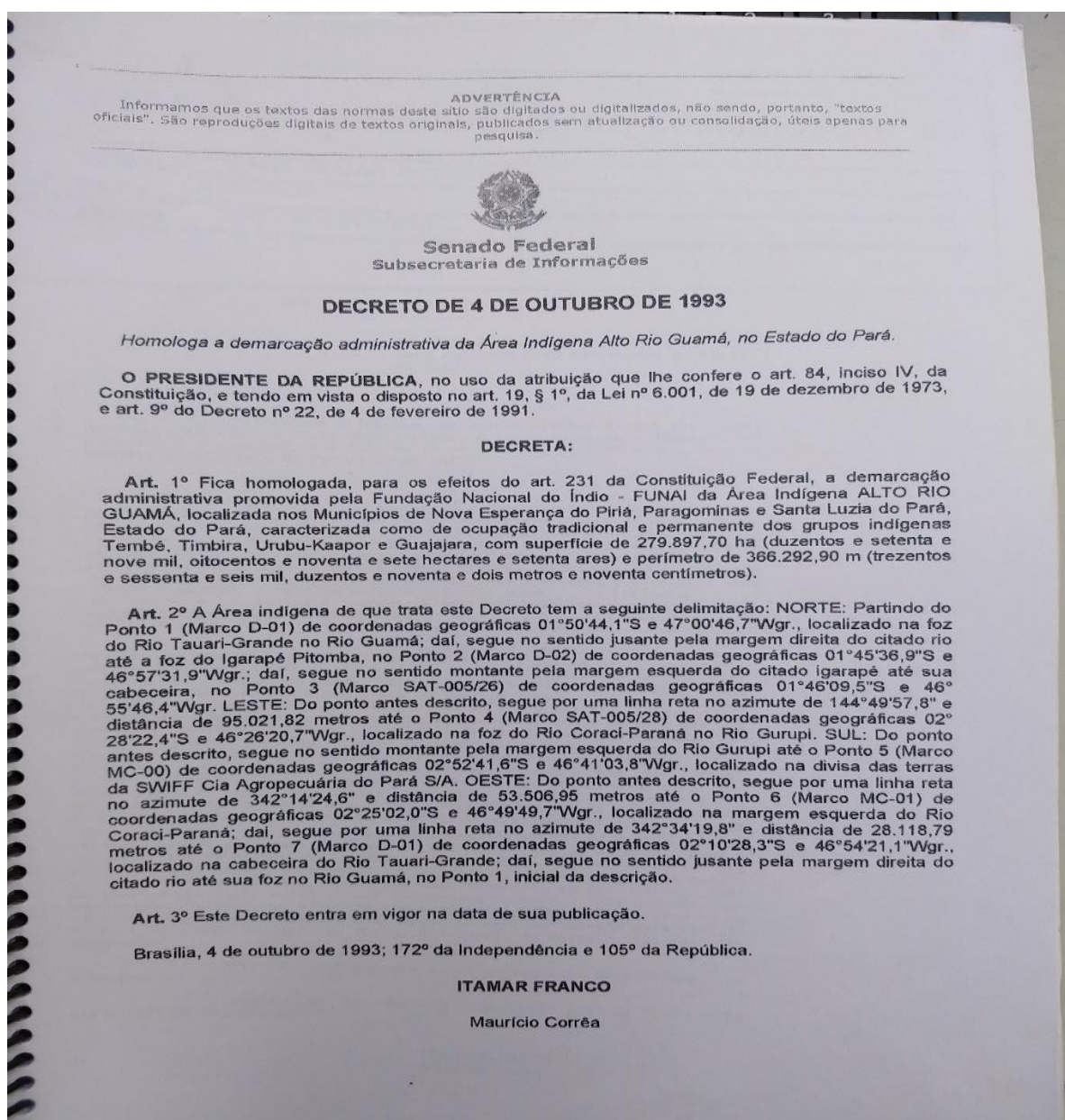
---

<sup>25</sup> Cf. ALONSO, Sara. 1996. Op., Cit., p.48.

devido a falta de demarcação para estabelecer uma fronteira. Assim, ficava muito difícil, como afirmou o Sr. Clemente, “saber quem era terra de índio e quem não era”.

## 5. Conflitos e aproximação dos indígenas e posseiros no Alto Rio Guamá

Mesmo com esse sistema de comércio desde a época do SPI entre “colonos” e indígenas, as relações nem sempre foram amistosas, até porque a demarcação da RIARG (Reserva Indígena do Alto Rio Guamá) só foi concluída em 2013, e com isso muitos posseiros nas décadas de 70, 80, 90 e 2000 invadiram o território indígena, causando disputa por terra.



Decreto de 04 de outubro de 1993, garantindo a demarcação e homologação das terras indígenas do Alto Rio Guamá. Imagem cedida pelo Sr. Clemente Cruz dos Santos.

O decreto de homologação das terras indígenas do Alto Rio Guamá, em 4 de outubro de 1993, não freou os conflitos na região. Povoados haviam se formado no entorno e até dentro da reserva, dificultando proteger suas fronteiras. Com isso, a exploração ilegal da madeira e o avanço na área para pastagens ou roçados continuou sendo um problema muito grande para os indígenas.

De acordo com o Tembé Clemente Cruz dos Santos, os indígenas viviam sempre em tensão com os posseiros, mesmo após a homologação das terras, principalmente na fronteira da reserva com o município de Garrafão do Norte, na comunidade conhecida como “Livramento”.

Eram comuns, segundo o Sr. Clemente, essas invasões, principalmente pela falta de monitoramento da área ou por acordos entre madeireiros, posseiros e indígenas, sempre visando a venda da madeira ou a área para pastagens. Essas invasões foram se acentuando cada vez mais a partir do momento em que foram “abrindo” novas estradas.

A construção das estradas Belém-Brasília, Pará-Maranhão, Bragança-Vizeu entre outras estradas, facilitou a chegada de novas frentes de expansão na região e cada vez mais próximas da Reserva.

Os planos de desenvolvimento e a política de incentivos fiscais favoreceram e aceleraram a concentração de terra nas mãos dos fazendeiros e empresas madeireiras, causando a expulsão de muitos posseiros da região, principalmente do Nordeste. Uma das regiões mais afetadas foi sem dúvida a RIARG. Destaco um relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP):

Nos últimos 25 anos, a Amazônia, e particularmente o Estado do Pará, tem sofrido intensas modificações na estrutura de posse de seus territórios. No caso paraense, a composição do quadro agrário estadual que, de certa forma, até 1960, não havia passado por mudanças relevantes, modificou-se substancialmente a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília. De 1960 a 1985, os estabelecimentos agropecuários no Pará, intensificando significativamente, o processo de concentração fundiária (...). Contingentes expressivos de trabalhadores rurais, principalmente dos estados do Maranhão e do Ceará, para cá vieram em busca de terra disponível, engrossando a frente nordestina que desde meados do século já vinha ocupando a região (...). Esses fatos acabaram transformando o meio rural paraense num palco de múltiplas tensões sociais, cuja violência resultante, expressa numa estatística trágica de conflitos e mortes nas disputas pela terra, tem superado todas as ocorrências registradas nos demais.<sup>26</sup>

Segundo alguns colonos da região próxima a RIARG, eles se veem obrigados a muitas vezes vender suas “posses”, passando a trabalhar nas fazendas ou com os madeireiros ou até mesmo procurar novas terras para plantar, muitas vezes nas proximidades ou dentro da Reserva Indígena.

É importante perceber que a maior parte da terra “disponível” nessa região é a da Reserva Indígena, que muitas vezes é associada à ideia da terra “sem dono” ou como propriedade do governo, algo que estimula sua ocupação.

Outra vila importante para o desenvolvimento da região é a comunidade quilombola do Narcisa, localizada em um ramal, como localmente denomina-se a estrada vicinal que se conecta com a

---

<sup>26</sup> Relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP) Apud: Cf. ALONSO, Sara. 1996.. Op., cit., p. 41.

Rodovia PA 124, a qual liga os municípios de Capitão Poço e Ourém. “A área territorial que a comunidade ocupa atualmente compreende uma estreita faixa de terra de 120,0530 hectares registrada em nome do senhor Marcedônio Lucas dos Santos”<sup>27</sup>

A terra foi arrecadada e matriculada, segundo Conceição Sodré, no “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – Comunidade Remanescente de Quilombo de Narcisa” (2010), publicado no Diário Oficial da União, em oito de outubro de 2012, porém a comunidade estava inserida no perímetro da chamada Gleba Capitão Poço, que foi arrecadada e matriculada em nome da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em fins da década de 1980 e início de 1990, tendo o INCRA realizado a demarcação e distribuição dos lotes individuais para os agricultores neste período.

Os quilombolas da comunidade do Narcisa já se encontravam desde o século XIX presentes na margem esquerda do rio Guamá. Esse processo de construção do Narcisa se dá num contexto em que o Estado brasileiro procurava impedir o acesso dos camponeses a propriedade da terra, através da lei de terras de 1850. Petrônio afirma que:

Assim, a Lei de Terras que entrou em vigor em 1850 pode ser considerada uma reafirmação do poder do Estado e das elites dirigentes sobre a terra. Por meio desta lei a elite agrária buscou impedir o acesso dos camponeses à propriedade da terra e com isso garantir mão de obra para suas fazendas. (...). É nesse contexto que a construção do território de Narcisa é realizada, a partir da fuga do cativo e da formação do quilombo, os negros apropriaram-se das terras de Narcisa, e nesta terra fizeram roças, construíram suas moradas e casas de forno para beneficiamento da mandioca, resistiram a diversos e contínuos assédios de capitães do mato, de tropas do governo e a toda série de perseguições empreendidas com objetivo de destruir o quilombo. A fuga para as matas e o posterior retorno para reconstruir o quilombo era uma das estratégias de resistência dos negros, que somado ao trabalho na terra, e a comercialização do excedente dos frutos deste trabalho foram os fatores determinantes para construção e manutenção do território de Narcisa.<sup>28</sup>

A partir do estabelecimento do território da comunidade quilombola do Narcisa o relacionamento com outros povos, tanto os indígenas do Alto Rio Guamá quanto os nordestinos, se intensificaram e também geraram conflitos com relação à terra ocupada tanto pelos quilombolas, quanto pelos nordestinos, como afirma Petrônio:

O segundo trecho da entrevista é ainda mais elucidativo do impacto negativo causado pelas chamadas frentes de expansão estimuladas e atualizadas pelos governos militares, sobretudo, a partir da década de 1970. Segundo Domingos Lucas dos Santos, áreas utilizadas há décadas pela comunidade, foram invadidas por colonos vindos do Ceará com apoio do poder público também local. O quilombola cita o prefeito Manoel Apolônio<sup>15</sup> que de fato foi o terceiro prefeito a governar o município de Capitão Poço e, conforme o relato, prestou apoio à entrada e fixação de colonos nas terras onde desde o século XIX era ocupada e utilizada pela comunidade <sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Sodré, Raimunda Conceição. “AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: **Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 219f. Dissertação (Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

<sup>28</sup> PETRÔNIO, Medeiros. Quilombo de Narcisa: Territorialidade, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação. Belém: Mestrando em antropologia pela UFPA-PPGCS, 2010.

<sup>29</sup> Cf. PETRÔNIO, Medeiros. 2010. Op., cit., p.06.

Com isso, percebemos que o contato entre colonos nordestinos, quilombolas e indígenas nem sempre foram amistosos, pois existia a disputa territorial e afirmação de identidade por esses grupos, principalmente quando remete ao pioneirismo regional, sendo que esse contato foi fomentado pelas elites políticas regionais, o que causou ainda mais a exclusão desses povos (indígenas e quilombolas) e a autoafirmação de pioneiros da cidade de Capitão Poço por parte dos nordestinos. Os discursos de que os quilombolas da Narcisa não entram na história do “pioneirismo” também é tratado por outros autores como afirma Conceição Sodré:

Os negros de Narcisa não estavam em isolamento e tão pouco sozinhos na então Vila de Capitão Poço, porém, a história oficial, exalta a colonização do lugar por “pioneiros” nordestinos e “camuflam” ou ignoram a ocupação realizada pelos negros de Narcisa desde meados da segunda metade do século XIX.<sup>30</sup>

A importância dos negros quilombolas no processo de colonização da região do Alto Rio Guamá é muito significativa, pois os mesmos participaram ativamente do comércio realizado entre indígenas, nordestinos e colonos paraenses já estabelecidos às margens do rio Guamá.

Embora os quilombolas do Narcisa tenham participado do desenvolvimento da região que corresponde à cidade de Capitão Poço, os mesmos foram ignorados, junto com os indígenas do Alto Rio Guamá, do “pioneirismo” da região pelos colonos nordestinos que chegam à região em meados do século XX.

## **6. Considerações finais**

A colonização no Alto Rio Guamá, envolvendo indígenas, nordestinos e quilombolas, parte de um processo previsto para à área desde 1945, quando se tem a criação da RIARG, envolvendo diferentes povos estabelecidos nas proximidades.

Esse processo resultou de uma série de transformações, tanto culturais quanto sociais, visto que as populações residentes tiveram suas culturas transformadas pelo plano de desenvolvimento pensado pelas elites da época.

Isso resultou de um avanço no capitalismo agrário nessa região, obrigando as pessoas a adentrarem sempre mais à procura de novas terras, havendo um grande conflito interno entre posseiros, indígenas e quilombolas, que lutam até hoje pela garantia de seus direitos. Porém, não deixamos de lembrar que, embora os migrantes nordestinos tenham tido um papel de suma importância nas transformações do Alto Rio Guamá a partir de meados do século XX, principalmente no âmbito agrário, os mesmos possuem suas memórias e discursos pautados no pioneirismo da cidade de Capitão Poço, afim de se auto afirmar na região do Alto Rio Guamá.

---

<sup>30</sup> SODRÉ, Raimunda Conceição. “AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: **Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, 2015.

Embora desde o século XVIII já existissem núcleos populacionais como os indígenas e os negros quilombolas do Narcisa a partir do século XIX, que participaram ativamente do processo de colonização e desenvolvimento da região e que muitas vezes não aparecem nos discursos locais, sem eles a colonização não teria sido a mesma, já que as políticas de colonização para a região envolviam diretamente esses povos que já habitavam a região muito antes de os nordestinos chegarem.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES CONSULTADAS**

Escritas

Manuscritas:

Cartório de Único Ofício Mundico Mattos (Ourém, Pará).

Registro de Nascimento de José Ferreira de Moraes, cearense, solteiro, residente no lugar denominado Tauari, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascido no município de Quixadá, no Estado do Ceará, no dia 02/06/1939. Livro X, p.6326.

Registro de Nascimento de Severina Ferreira de Souza, paraense, residente no lugar denominado Braço do Timbó, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida no dia 14/02/1900. Livro X, p.6354.

Registro de Nascimento de Francelina Ribeiro da Conceição, paraense, solteira, residente no lugar denominado Pacuí-Claro, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 06/02/1919. Livro X, p.6358.

Registro de Nascimento de Maria Hilda da Conceição, paraense, solteira, residente no posto indígena Tembé, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 15/10/1923. Livro X, p.6366.

Registro de Nascimento de Helena Ferreira da Cunha, paraense, solteira, residente no lugar denominado Cachinguiua (sic), na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 07/11/1961. Livro X, p.6367.

Registro de Nascimento de Maria Raimunda da Conceição, paraense, doméstica, residente no lugar denominado posto indígena Tembé, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 01/05/1956.

Registro de Nascimento de Edvaldo Gonçalves Teixeira, paraense, casado, lavrador, residente no lugar denominado Braço do Timbó, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 12/12/1960.

Registro de Nascimento de Maria da Conceição Barbosa Farias, paraense, solteira, residente no lugar denominado Braço do Timbó, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascida em 05/04/1961.

Registro de Nascimento de Arnaldo Magalhães de Oliveira, paraense, solteiro, residente na colônia Capitão Poço, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascido em 18/08/1960.

Registro de Nascimento de João Teixeira do Nascimento, cearense, solteiro, residente no lugar denominado Igarapé Grande, na época pertencente ao município de Ourém, hoje Capitão Poço, nascido em 20/03/1931.

Orais

Entrevistas:

Entrevista realizada com o Sr. Francisco Gregório da Silva, 80 anos natural do Ceará, da cidade de Massapé, ex-prefeito e pioneiro da cidade de Capitão Poço, em sua residência, no dia 15 de maio de 2016.

Entrevista realizada com o Sr. Carlos Benedito Coutinho Aguiar, 52 anos, natural da cidade de Capitão Poço, filho de Filomena Ferreira Coutinho, em sua residência, no dia 13 de maio de 2016.

Entrevista realizada com o Sr. João de Aquino Medeiros, 78 anos, natural de São Paulo do Potengi-RN, pioneiro da cidade de Capitão Poço e fundador, junto com dois sócios, da primeira empresa de compra e venda de produtos agrícolas da região, a ANDRADE OLIVERA. Entrevista realizada em sua residência, no dia 10 de maio de 2016.

Entrevista com o Sr. Raimundo de Jesus Lisboa Freire, 64 anos, natural do Maranhão, da cidade de Anajatuba, Eng.º Agrônomo e que participou junto com outros migrantes da construção da cidade de Capitão Poço, realizada em seu local de trabalho, EMATER-PA, em Capitão Poço, no dia 14 de maio de 2016.

Entrevista realizada com a dona Maria Rosa de Souza Silva, 41 anos. Neta de um dos fundadores da aldeia indígena Jacaré conhecido como o Sr. José Preto. Entrevista realizada no alojamento da pequena escola na aldeia Jacaré às margens do rio Guamá, no dia 08/10/2018.

Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (seu Kelé), 66 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara'hú, às 17 horas, no dia 10 de outubro de 2018. O mesmo acompanhou o processo de demarcação das terras na década de 70 e fez parte do comércio praticado pelos indígenas com os chefes de posto e posteriormente com a cidade de Capitão Poço.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALONSO, Sara. **Os Tembés de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembés**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

ACEVEDO, Rosa; PONTES, Tereza. Evolução das Estruturas Camponesas e da Agricultura nas Antilhas-Guiana. Pontos de Comparação com a Região Nordeste do Pará-Brasil. **Paper do NAEA**, Belém, n.27, p.1-24, nov. 1994.

CARVALHO, Ébio Alves. **A História da Educação em Capitão Poço**. Belém: QI Propaganda e Marketing Ltda, 2002.

FRAGA, Maurício Alves Maria. O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense. **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 nº 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644

FIGUEIREDO, Denilma Santos. **Senhora Donas das Vilas de Bragança e de Ourém nos Oitocentos**. 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, 2012.

HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembés, Alto Rio Guamá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, v. 3, p. 283-291. Out. 1920.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2010. 346f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010

SOUSA, Álvaro Gomes. **Migração Nordestina: Práticas e Comércio de Produtos Agrícolas em Capitão Poço (PA) entre 1950 a 1985**. 2017, 73f. Monografia (Graduação em História), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, 2017.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites e transformações econômicas no estado do Pará pos-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, v. 1, 1967.

PETRÔNIO, Medeiros. Quilombo de Narcisa: Territorialidade, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação. Belém: Mestrando em antropologia pela UFPA-PPGCS, 2010

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SODRÉ, Raimunda Conceição. **“AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, 2015.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, Belém. v. 3, p. 59-83, Jan/Jun. de 2008.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo (Orgs.). **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949.